

Renovação de confiança

O PRESIDENTE Sarney teve a coragem cívica de corrigir os rumos de seu Governo, atendendo a reclamos da opinião pública. Trata-se de medidas que há cerca de um ano deveriam ter sido postas em prática. Mas é de justiça reconhecer que, em julho de 1986, as autoridades econômicas as declararam inconvenientes, alegando razões técnicas que, na verdade, encobriam pressões eleitorais e a preocupação de preservar uma imagem de infalibilidade administrativa.

NAQUELA época tornara-se evidente que a criação do cruzado e as providências que a acompanharam, a partir do êxito inicial, tinham causado uma expansão da demanda interna em nível que vinha repercutindo desfavoravelmente na balança comercial, provocando uma crise no abastecimento e permitindo a retomada da pressão inflacionária.

AO MESMO tempo, não se lograra estabelecer o devido controle das contas públicas, cujo déficit se delineava ameaçador.

EM VEZ da adoção de políticas monetária, cambial e fiscal destinadas a enfrentar esses problemas, preferiu-se disfarçá-los — e surgiu um Plano de Metas, a ser financiado por recursos arrecadados com um empréstimo compulsório, apelando-se simultaneamente para uma fixação arbitrária de preços respaldada por medidas policiais, pela alteração de índices estatísticos e o congelamento de tarifas que não correspondiam à realidade do processo econômico.

COM ISSO, a crise paulatinamente agravou-se até atingir o atual clima de perplexidade e insegurança em que se debate o País.

EM SUCESSIVOS pronunciamentos, o Presidente Sarney tem reconhecido terem ocorrido, na ação governamental, graves equívocos, que frustravam os objetivos colimados. Nunca tentou elidir a sua responsabilidade como supremo dirigente da Nação. Manteve-se consciente de que a sorte do Governo não depende de ocasionais acertos ou erros de seus colaboradores, mas se acha indissolvelmente ligada à coragem de se falar a verdade ao povo.

PARECIA-LHE, até poucas semanas, que a solução para as questões que neste momento inquietam a sociedade brasileira estaria na retomada dos investimentos privados e na colaboração das organizações sindicais para o ajuste de um pacto que viabilizasse a contenção inflacionária sem levar a um processo de recessão. Caberia ao Estado a implantação de um programa de metas industriais e de uma infra-estrutura de energia, estradas e comunicação.

A OPINIÃO pública, de que se fez intérprete O GLOBO, apresentou objeções a tais propostas, recomendando a apresentação de um diagnóstico real da situação com números precisos e alternativas de soluções, na base das quais se pudesse restaurar plenamente a credibilidade do Governo, tanto nas suas contas como no seu programa de ação.

O PRESIDENTE, em seu pronunciamento de ontem, empenhou-se em atender a esses anseios, reafirmando a sua postura de busca incessante de soluções que, para resolver dificuldades do presente, não ponham em risco as perspectivas de grandeza a que a Nação não renuncia.

O PROGRAMA ora proposto mostra-se coerente em seus princípios básicos, justificando uma renovação de confiança no Governo.